

EXPRESSÃO

Ano 4 Número 36 Abril.2013

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br

Foto: Jaime Batista da Silva



Organizada pelas redes sociais, passeata no dia 3 de abril reuniu cerca de 200 pessoas nos corredores do Campus I.

VALE MAIS QUE UMA EXTENSÃO

Comunidade acadêmica da FURB reage após anúncio de que UFSC planeja instalar campus em Blumenau a partir deste ano. Manifestantes pedem a criação de uma universidade federal na região a partir da estrutura da instituição blumenauense.

Editorial e página 14

»» Editorial

Emprestamos a imagem deste texto do plano Blumenau 2050, elaborado em 2008. No esforço louvável de imaginar uma cena para um futuro, o documento cai em detalhes, até então imperceptíveis na visão de quem o elaborou e dos que aprovaram, como as críticas que sobrevieram na época, por exemplo os prédios gigantescos na Ponta Aguda, a Mata Atlântica que foi substituída por um idílico bosque ou prédios no topo do Morro do Aipim, além do azul e transparente Rio Itajaí-Açu, que deixou de ter seu leito argiloso para transparecer talvez um retrato desejado de sua despoluição.

O exercício de imaginar o futuro deveria ser uma prática mais rotineira e aperfeiçoada. Sonhando com ele arquitetamos ações que virão a ser um dia realidade. Como isso é difícil, é conveniente ficar preso ao passado e viver o presente. Alguns exemplos vêm à lembrança: há cerca de 20 anos, a apresentação do projeto do Shopping Neumarkt gerou sérias resistências locais. A cidade não comportaria um empreendimento de tal magnitude e o asfaltamento de algumas vias na parte central da faria a cidade perder sua característica

germânica com a arquitetura local. Sem querermos entrar em tal debate, há uma percepção de que novos exemplos atualmente são escassos, apesar do histórico de pioneirismo de Blumenau: a primeira estação de rádio, o primeiro jornal impresso em offset, a primeira estação de TV e a primeira instituição de ensino superior do interior do Estado. O que se vê é Blumenau indo a reboque. A ousadia de outrora foi substituída pela cautela excessiva e o ceticismo, natural de quem envelheceu, não em idade, mas em espírito.

O movimento FURB Federal é uma prova de resistência a esse tipo de pensamento, taxado injustamente de corporativista. Esquecem os incautos que não imaginam como é caro manter uma Universidade no estágio atual em que nos encontramos e quais os riscos de aceitar iniciativas paralelas de menor dimensão mas que comprometem o que já foi construído. Manter dois doutorados e quinze mestrados além das graduações não é tarefa fácil. Atualmente em nossas cadeiras no stricto sensu estão alunos que também são professores que trabalham nos institutos técnicos federais, do SESI, IBES, FAE, ou seja, contribuimos na

formação não só de profissionais em geral, mas também de docentes que atuam e atuarão em outras instituições de ensino. Enganam-se os que acham que se a FURB conseguiu chegar até aqui lutando contra as adversidades e que poderá enfrentar da mesma maneira os desafios dos próximos anos.

O que se vê é Blumenau indo a reboque. A ousadia de outrora foi substituída pela cautela excessiva e o ceticismo, natural de quem envelheceu, não em idade, mas em espírito. O movimento FURB Federal é uma prova de resistência a esse tipo de pensamento.

Existem temas importantes que não se deve abrir mão. Uma duplicação de rodovia e pontes são anseios

materiais mais perceptíveis não só pela não existência, mas também pela sua precariedade. Uma Universidade é um bem público cujo valor mais intangível foge dessa percepção popular e é necessário mais esforço de abstração para pensar em cenários considerando mais variáveis implicadas. Uma audiência pública está sendo agendada sobre a questão da Universidade Federal do Vale do Itajaí. Participaremos, pois algumas decisões até agora tomadas de longe não tiveram o tratamento devido. Os que acham a questão é perdida deviam tomar um chá e reler a história das dificuldades que os pioneiros desse Vale enfrentaram em função de suas crenças consideradas impossíveis.

Divulgação/Prefeitura Municipal de Blumenau



DIRETORIA SINSEPES | 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoni Goretti Damo (CCS), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luis Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edegar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)
Suplentes: Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Kunimund Krönke Jr. (04086 JP-DRT/SC).
Diagramação e edição: Kunimund Krönke Jr.
Projeto gráfico: Leo Laps.

Tiragem: 3.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPES (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsep.org.br

Página: www.sinsep.org.br

Jornal dos Jornais

O surgimento do interesse pelo jornalismo e o início na profissão em plena Ditadura Militar

POR GERVÁSIO TESSALENO LUZ, jornalista, escritor e professor

Com o título Jornal dos Jornais, o veterano Alberto Dines manteve uma coluna em que analisava com perspicácia e algum humor as principais publicações do Brasil. Depois, passou para a tevê com o nome de Observatório da Imprensa. Com cinqüent'anos de atividade jornalística, tentarei relembrar episódios ocorridos nos periódicos do Vale e do Estado.

Numa de suas tiradas geniais, Millôr Fernandes conta breve instante de sua infância, quase juventude. Sua família o obrigou a tomar lições de piano com um velho alemão, brabo como ele só. Toda vez que o futuro humorista errava uma nota, o professor lhe dava com um jornal dobrado na cabeça. E Millôr conclui: "Foi assim que eu aprendi jornalismo!".

Graças ao bom Deus, nunca estudei instrumento musical de espécie alguma. E a paixão pelos jornais nasceu assim: sem dores nem coações maiores. Desde garoto, na terra natal, Rio do Sul, vivia de olho, com um estranho interesse nos chamados órgãos de comunicação impressos. E, nas retinas, hoje fatigadas, ainda vem a imagem daquele jornal imenso (no tamanho), o mais standard possível, o Nova Era. Persiste, em formato tabloide, no cumprir seu papel de semanário das famílias do Alto Vale do Itajaí.

Seu contraste se chamava A Verdade, não tão família assim. Papai o trazia da Capital, de quando em quando. O semanário do Manoel de Menezes (pai do Cacau) tinha uma característica: falar mal de todo mundo, sem restrição alguma.

A capa e a contracapa do Nova Era abrigavam todo tipo de notícia: nascimento, batizado, comunhão, noivado, formatura, casório e falecimento. E com o toque da época: farta adjetivação. Um exemplo: "Colhe hoje mais um botão no jardim de sua existência a senhorinha Maria das Graças Florêncio, fino ornamento de nossa sociedade, dileta filha do casal Ambrósio e Felisbina Florêncio".

Por timidez, mais medo possivelmente, nasceu o Tessaleno. Os textos traziam apenas o pseudônimo. Um amigo grego explicou que os tessalenos têm a fama de serem maus, tanto que, diz a lenda, uma cobra mordeu um deles, mas foi ela que morreu. Nunca me considerei mau, só que um veneno acompanhava o escritos.

Atualmente, a palavra "aniversaria" resolve o problema. Sintetiza tudo. E nas folhas internas, só tinha anúncio. Leitura dinâmica, pois.

Consumia alguns minutos. Meu pai, o advogado Ademar Luz, irônico de nascença, cutucava com vara curta o proprietário:

– Pedro Paulo Cunha, deixei de trabalhar ontem por tua causa. Tirei o dia para ler o teu jornal! – Observação que em nada, nadinha mesmo, abalava a velha amizade.

Uma vontade incontrolável de escrever sobre tudo e sobre todos me levou à imprensa.

DAVIS E GOLLAS

Estreamos em jornal em 1964. Aquele, o famoso pela Redentora, o tal golpe militar. Não foi o motivo político que me levou à imprensa. E sim uma vontade incontrolável de escrever sobre tudo e sobre todos. Sobre a beleza e a tristeza da vida. Sempre buscando, quando possível, beirar o lirismo, embora distante da condição de poeta. É mais fácil a prosa, a fala e a escrita correntes. Falta de talento maior, o de dominar a arte do verso. Cada um na sua. Uns tocam violão, outros são reis do teclado de um piano. Os primeiros escritos tiveram como leito duas publicações da pesada: os semanários Ronda e Vanguarda. Por timidez, mais medo possivelmente, nasceu o Tessaleno. Os textos traziam apenas o pseudônimo, nome de um amigo carioca. Anos mais tarde, ele incorporou-se ao nome de pia batismal: Gervásio Luz. Foi conselho de um primo, o jornalista, professor e poeta Geraldo Luz. Participávamos de uma coluna na Cidade de Blumenau, tipo Dicas do Pasquim. Notas pequenas, assinadas por vários colaboradores. Nomes parecidos valiam trocas. Nota do Geraldo saía assinada por mim e vice-versa.

Um amigo grego, Georges Papadopoulos, em plena Ipanema, deu-

<gervasiotessaleno@hotmail.com>

Demóstenes, o orador, teria dito: "O tessaleno são gente ruim, de má fama. Uma cobra mordeu Tessaleno. Ele passou bem, a cobra morreu." Nunca me considerei mau, só que um veneno acompanhava o escritos. Hoje, passados os setent'anos, Tessaleno rima muito melhor com ameno.

Apesar de estampar na primeira página uma coluna elogiando os militares, o jornal Ronda foi empastelado pelos

me e s - mos. Seu dono criou então A Vanguarda, que resolveu pegar no pé do único diário local. A Nação, do império quase falindo de Assis Chateaubriand. Abriu um rodapé: Blumenau precisa de um diário! Acontece que o proprietário do semanário teve uma briga, por questões de terras, com um engenheiro descendente de japoneses. E o nissei levou a melhor. Dia seguinte à luta corporal, o diário lascou a sua manchete: Blumenau precisa de mais japoneses!

Escrevemos até agora sobre pequenos jornais. O que se chama de jornalão teve exemplo com A Nação. E nos demais a serem citados: O Estado, Diário Catarinense, Jornal de Santa Catarina e A Notícia.

Durante toda a década de 1970, atuamos como diretor da sucursal de Blumenau do jornal O Estado, o mais antigo diário catarinense na época. A glória pertence agora ao jornal de Joinville. Nossas ferramentas: a máquina de escrever e o telex. Longe ainda dos computadores, tive excelentes repórteres, todos no momento longe das redações. Celso Jânio Moskorz, médico em Indaial, Newton Janke, juiz eleitoral aposentado, agora emprestando seu talento



Reprodução/Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Páginas do jornal A Nação, nos dias seguintes ao Golpe Militar de 1964

à administração municipal e Guido Heuer, renomado artista plástico. O único que não deixou o quinto poder foi Marcelo Rech, diretor-executivo do Grupo RBS.

Contar historinhas sobre os ditos poderosos da imprensa fica na pauta para outra ocasião.

A psicanálise e o mal-estar na contemporaneidade

Uma análise sobre comportamentos ditados pela sociedade e as consequências de não atingir o esperado

POR HELOISA HELENA MARCON, Mestre em Filosofia pela UFRGS, Especialista em Saúde Mental, professora do curso de Especialização em Psicologia Hospitalar e da Saúde do Hospital Santa Catarina, membro da APOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre) e psicanalista

<heloisamarcon@yahoo.com.br>

Em *O mal-estar na civilização* (1930), Freud já anunciava: “Ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja “feliz” não se acha incluída no plano da “Criação”. Será Freud um pessimista? Será que ele está nos dizendo que estamos inevitavelmente destinados à infelicidade?

Ao vislumbrarmos as capas de revistas lançadas neste mês, encontramos as seguintes frases estampadas: “Dieta pode-tudo: seca 4kg em 15 dias sem abrir mão das guloseimas que tanto amamos”; “Beleza total: pele perfeita com a nova geração de cremes”; “10 exercícios para ter bumbum e abdome perfeitos”; “Tudo o que seu filho precisa MESMO comer e como evitar a cara feia na hora das refeições”; Tudo o que o gestor precisa garantir para que a alfabetização aconteça nos anos iniciais”; além da clássica “Tudo que você sempre quis saber: o que as mulheres querem dos homens:” ou “O que os homens querem das mulheres”.

Essas frases prometem o quê para nós, leitores? Que podemos comer as guloseimas que tanto amamos e mesmo assim emagrecer; que, fazendo uso dos cremes da nova geração, teremos uma pele perfeita; que, com aqueles 10 exercícios, teremos bumbum e abdome perfeitos;

que existem alimentos indispensáveis para nossos filhos e que existe um modo de dá-los que nos poupa de ver cara feia; que existem ações que o gestor deve fazer e, em fazendo isso, estará garantido que as crianças se alfabetizarão nos anos iniciais; que existe algo que todas as mulheres querem dos homens e que todos os homens querem das mulheres e que eles sabem o que é e vão nos dizer...

Sejamos sinceros, é possível emagrecer comendo guloseimas? Sim, é possível, a gente fica aqueles 15 dias quase sem comer e aí, em alguns momentos, pode comer um chocolate, ou uma pizza, ou o que a gente gostar muito e que é muito calórico. Mas, então, qual o problema com aquela frase da capa da revista? O problema é a promessa de que “pode tudo”. Acabamos de pensar juntos que é possível emagrecer e comer as guloseimas desde que fiquemos o resto do tempo “na linha”, pois se comermos tudo que quisermos, inclusive as guloseimas, não secaremos nenhum quilo. Ou seja, para emagrecer, não podemos tudo!

O que, afinal, pisca como um neon naquelas capas de revistas? Suas promessas. Elas nos prometem que podemos conseguir tudo, ser tudo e ter tudo sem perder nada, desde que sigamos o manual, a prescrição que eles, gentilmente, do alto do seu saber, estão nos dando.

Duas perguntas se colocam nesse momento: que saber é esse e por que, como dizem os filósofos, ele “cola”.

Esses dias, escutei de uma paciente psicótica que os dois pilares da vida são a religião e a ciência e que é impossível seguir na vida sem eles, porque precisamos acreditar que existe um pai – DEUS - que sabe o sentido da nossa vida e porque precisamos acreditar que se descobrirá a cura para o que temos ou para o que podemos vir a ter.

O que, afinal, pisca como um neon naquelas capas de revistas? Suas promessas. Elas nos prometem que podemos conseguir tudo, ser tudo e ter tudo sem perder nada, desde que sigamos o manual, a prescrição que eles, gentilmente, do alto do seu saber, estão nos dando.

O que é explicitado por essa paciente é que há um Outro Absoluto (que detém um saber TODO) que sabe, portanto, o que ela deverá fazer de sua vida, assim como esse OUTRO sabe o que se passa no corpo dela e mesmo que não saiba ainda, descobrirá.

Esse saber TODO de que nos fala a paciente é, portanto, uma categoria de saber que se situa no campo da TOTALIDADE, a saber: a ciência e a religião. O que há de comum entre esses dois saberes? Trata-se de saberes sem falta – o projeto Genoma não pretende mapear toda a nossa genética e, com isso, descobrir as causas de todas as doenças e,

consequentemente, suas curas?

E Deus não é, em si, por definição, total, perfeito? Onipotente, onisciente e onipresente? Lembram como se repete, nas capas das revistas, as palavras “Tudo”, “Total” “Perfeitos”?

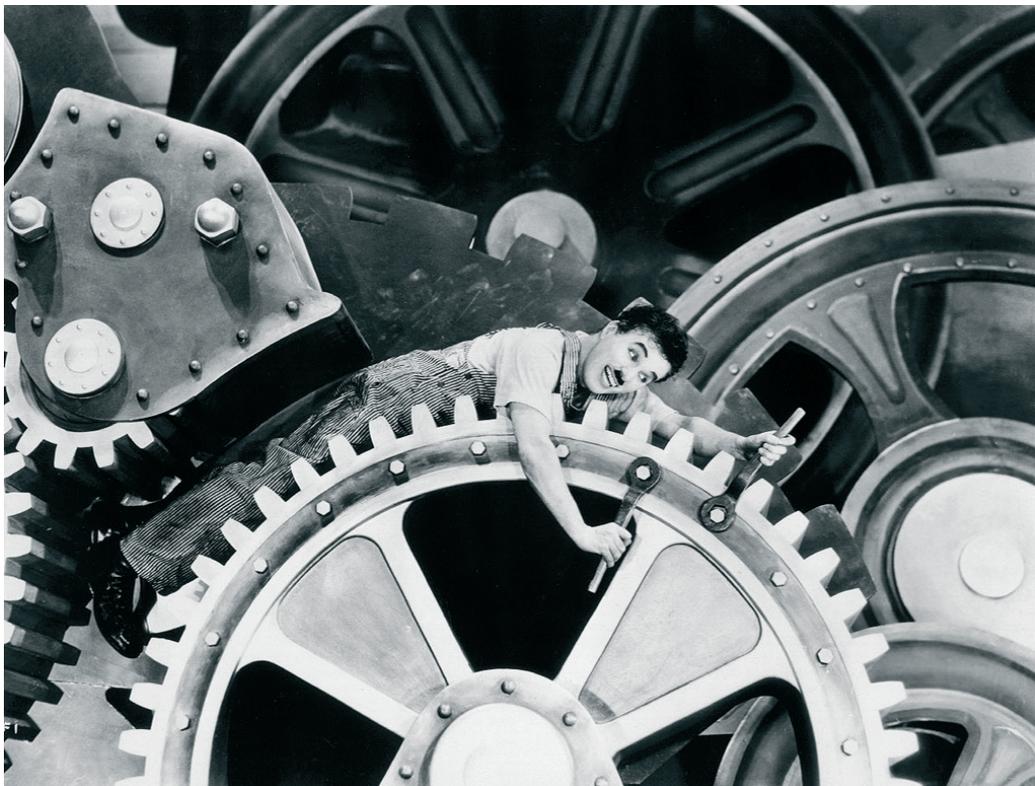
E POR QUE ESSE SABER “COLA” COM TANTA FACILIDADE EM NÓS, HUMANOS?

Ao longo de toda Idade Média, o sujeito nascia e já estava dado de antemão seu lugar no mundo: quem era, o que faria na vida, a casta a qual pertenceria sempre, com quem poderia casar. Era como uma cadeira vazia. A gente nascia e era só sentar naquela cadeira. Esse modo de funcionar da sociedade chama-se tradição. A Modernidade inaugura um outro modo de funcionamento da sociedade – mercantil e, depois, capitalista – na qual o sujeito surge como indivíduo livre, autônomo e independente da tradição, que deverá, sozinho, definir como será sua vida. Esta liberdade joga o sujeito no desamparo. Nesse contexto, a ciência surge se propondo a responder sobre nosso ser e nosso lugar no social. Mas, como sabemos, é uma ciência que se põe a serviço do capital, da ordem e do progresso e produz saberes com vistas a dominar o corpo (para produzir mais), a natureza (usando-a como instrumento) e as relações com os outros (comportamentos adaptados e adequados à norma social).

A psicanálise surge neste momento e Freud vem dizer justamente o contrário: que dominar o corpo, a natureza e as relações com os outros é IMPOSSÍVEL, e é fonte constante de mal-estar para nós, humanos.

Freud denuncia que o eu não é senhor na sua própria casa, colocando o inconsciente como determinante das ações humanas. Nesse sentido ele propõe um descenramento do lugar do sujeito: o que passa a estar no centro é o sujeito do inconsciente e não mais o sujeito da consciência. Por isso, o próprio Freud situa sua descoberta do inconsciente como a terceira grande ferida narcísica da humanidade. A terceira, pois a primeira seria a causada por Copérnico ao mostrar que a Terra não estava no centro do uni-

Imagem da internet



A ciência se põe a serviço do capital, da ordem e do progresso e produz saberes com vistas a dominar o corpo (para produzir mais), a natureza (usando-a como instrumento) e as relações com os outros (comportamentos adaptados e adequados à norma social).

verso como se acreditava até então, a segunda, a de Darwin, ao colocar o homem como mais um animal dentre outros na evolução das espécies e não como criado à imagem e semelhança de Deus. Fácil de entender por que a psicanálise causou e ainda causa tanta resistência...

E o que ela tem a dizer sobre o sujeito?

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO
DESDE A PSICANÁLISE

Desde a Psicanálise, sabemos que para nos constituirmos como sujeitos, precisamos do desejo de um Outro; precisamos que ele, a partir de seu desejo, suponha em nós um sujeito. Num primeiro momento, estamos exclusivamente colocados em posição de objeto: objeto de cuidados do Outro, objeto de investimento do Outro, objeto de amor do Outro. E é absolutamente fundamental, no momento inicial de nossas vidas, que esse Outro deseje e cuide de nós, pois nascemos num estado de prematuração e dependência total do outro. Se não somos cuidados, alimentados, olhados, desejados, morremos. Estamos, assim, num primeiro momento, numa posição de alienação total ao Outro. O que acontece é que esse Outro primordial, geralmente encarnado na mãe, não sabe o que se passa com seu bebê e faz hipóteses para responder ao mal-estar que acomete seu filho. Mas, por mais hipóteses que ela construa, ela não conseguirá responder de forma plenamente satisfatória, pois ela intervirá, inevitavelmente, cedo demais ou tarde demais no sentido de evitar o choro do bebê e mantê-lo todo tempo num estado de apaziguamento, num estado sem tensão. Então, a criança chora e a mãe tenta algo – dá o peito, por exemplo – e o bebê segue chorando, então o que ela faz? Pergunta a seu bebê o que ele quer. Por que ela faz isso? Por que ela não sabe, ou seja, ela não é TODA e supõe no filho um sujeito, ou seja, que ele sabe o que se passa com ele só não consegue ainda lhe dizer.

Entretanto, em algumas ocasiões, ocorrem acidentes neste processo. Ou a mãe se coloca numa posição de saber tudo sobre o bebê ou ela se coloca na posição de que nada sabe. Posições que, inevitavelmente, conduzirão a modos de constituição psicopatológicos: psicose e autismo.

A FUNÇÃO DO SABER DA CIÊNCIA E
DA RELIGIÃO NA ATUALIDADE

Ao longo da vida, no caso de estarmos constituídos neuroticamente, o que vamos fazer é ir nos separando desse saber materno sobre nós e ir construindo uma narrativa sobre o que se passa conosco, sobre o que sentimos e o que desejamos para nossa vida. É claro que essa separação não acontece de uma vez por todas, mas são sucessivos movimentos de alienação e separação ao desejo do Outro que realizamos pela vida afora.

Então, um saber sobre nós que, inicialmente, vem de um Outro é a modalidade de nossa primeira relação com o saber. A ciência e a religião seguem atualizando isso para

nós como um saber total, à maneira da mãe de um psicótico que tudo sabe sobre ele. Entretanto, felizmente, por mais que a ciência e a religião nos ofereçam saberes totais, seguimos tendo mal-estares, perguntas e dúvidas, o que é próprio da condição humana. A mesma paciente psicótica que me conta sobre os dois pilares da vida serem a ciência e a religião e que, inicialmente, chega, impedida de falar em nome próprio, isto é, com base em um saber por ela construído – ela só falava do que a doutora lhe disse que ela tem – à medida que fala, que tem alguém que lhe escuta e que supõe ali um sujeito, acaba por construir uma pergunta: qual a causa disso que lhe acontece e por que com ela, já que não conhece outros que sintam isso que ela sente!

AS FORMAS DO MAL-ESTAR NA ATUALIDADE

Vejam só o paradoxo: ao mesmo tempo em que, cada vez mais, vislumbramos inúmeras ofertas, leia-se, promessas, de resolução do mal-estar do ser humano, cada vez mais, vemos sujeitos sofrendo desse mesmo mal-estar. Portanto, trata-se de uma equação que, de antemão, falha. Numa lógica matemática, deveria ser o contrário: quanto mais respostas, menos mal-estar. O que escutamos na clínica é que o mal-estar é diretamente proporcional ao aumento de ofertas. Como podemos ler isto?

Quanto maior o número de promessas, maior é o número de imperativos, e, portanto, mais o sujeito se sente em falta, diga-se, impotente, frente aos mesmos

Do mesmo modo que uma mercadoria, o sujeito também busca fazer-se bonito, desejável e amável. Na medida em que não sabe sobre seu lugar no desejo do outro, se oferece como objeto capaz de despertar o desejo do mesmo e fica capturado nisso. Nesse sentido, o sujeito se coloca como mercadoria a ser escolhida em que o único critério de escolha envolvido é o suposto desejo do outro: eu fui promovido, eu fui escolhido para ser chefe do setor, ela me escolheu, ele me ligou, ele me pediu em casamento. A segunda parte da questão que consiste em, “tá, você foi promovido, mas de fato, você quer isto?”, nem chega a se colocar como pergunta, na medida em que o sujeito se encontra totalmente capturado, paralisado, na pergunta sobre o que o outro quer dele, e mais, como se fosse possível a resposta. As promessas recaem como imperativos sobre os sujeitos. Nesta medida que podemos explicar a lógica acima formulada: quanto maior o número de promessas, maior é o número de imperativos, e, portanto, mais o sujeito se sente em falta, diga-se, impotente, frente aos mesmos. Não é por acaso que uma tristeza seja lida como depressão ou uma alteração de humor como bipolaridade. Esse caminho todos nós conhecemos assim como sabemos dos seus nefastos efeitos na vida do sujeito.

Se para ser feliz, precisamos



nos oferecer como mercadoria a ser escolhida por um outro, precisamos ser aquilo TUDO, PERFEITO que nos prometem as revistas. Mas será que precisamos ficar reduzidos a isto? Ou, quem sabe, podemos relançar, como sujeitos e não apenas como objetos, a pergunta: “tá, o outro quer isto de mim. E eu, levando isso em conta, o que quero?” Freud, no mesmo texto, nos diz que “A felicidade é um problema de economia libidinal individual. Aqui, nenhum conselho é válido para todos, cada um deve buscar por si mesmo a maneira pela qual pode tornar-se feliz”. Trata-se, portanto, de uma construção singular relativa aos dramas e à história pessoal do sujeito em questão. E o que a ciência e a religião nos prometem? Que haveria um modo universal, ditado por eles, é claro, de como alcançar a tal felicidade. Enquanto a ciência nos diz: tenha uma dieta saudável, faça exercícios físicos, faça sexo tantas vezes por semana, a religião nos promete, da mesma maneira, que, seguindo suas prescrições, poderemos alcançar a plenitude. E quando não alcançamos, a mesma segue como promessa no campo discursivo.

Como vimos anteriormente, ao tentar banir de seu horizonte a realidade do infortúnio e das mazelas próprias da condição humana, a sociedade atual elegeu o objeto mercadoria (leia-se antidepressivos, objetos, consumo, etc.) como princípio fundamental de apaziguamento do mal-estar que é próprio da condição da existência. Nesse contexto, não nos surpreende que a infelicidade que fingimos exorcizar através da religião e da ciência retorne de maneira fulminante no campo das relações sociais e afetivas sob a forma de patologia mental, conforme assinala Elisabeth Roudinesco (2000) no livro Por que a Psicanálise?. Neste contexto, o sujeito sente-se livre e autônomo, desembaraçado de qualquer heteronomia, acredita-se no exercício de uma autonomia imediatamente adquirida

que lhe proporciona a ilusão de que bastaria liberar-se dos constrangimentos impostos pelos outros para vir a ocupar um lugar de realização, como destaca Lebrun (2011, p.06) no livro O mal-estar na subjetivação. Como costumamos escutar na clínica “Quando eu me separar, estarei livre para fazer o que quiser”, “Quando me aposentar, poderei gozar”, ou “Quando mudar de trabalho, serei feliz”.

Mas ao não reconhecermos nossa dependência fundamental em relação ao Outro, nos tornamos completamente alienados ao mesmo. Esse é o grande paradoxo dos dias atuais. E essa parece ser a maneira que o sujeito encontra para se poupar do necessário trabalho subjetivo em relação ao Outro, ou seja, de construir uma narrativa, portanto, uma posição singular de sua relação ao desejo do Outro. O que é completamente diferente da tentativa de vir a encarná-lo. Quando o sujeito se pergunta sobre o que ele quer, ele é obrigado a escolher. E ao escolher, não pode mais ter tudo ou ser tudo, mas ter alguma coisa e ser alguma coisa. Alguma coisa que surge como importante, como de valor quando ele se dispõe a perguntar sobre seu desejo na relação com o desejo do Outro. Desta forma, apenas quando suportamos construir uma narrativa única e singular podemos sair da posição exclusiva de objeto, de mercadoria, e vir a ocupar uma posição de sujeito único e singular na relação com todos os outros.

Do mesmo modo que uma mercadoria, o sujeito também busca fazer-se bonito, desejável e amável. Na medida em que não sabe sobre seu lugar no desejo do outro, se oferece como objeto capaz de despertar o desejo do mesmo e fica capturado nisso.

Imagem de internet

Qual a universidade que **queremos**?

Com a participação de todos, FURB precisa definir objetivos e planejar seu futuro

POR NAZARENO L. SCHMOELLER, professor do Departamento de Economia da FURB

<nazareno@furb.br>

Divulgação

Na Universidade convivemos com o que poderíamos chamar de “modismos pedagógicos”, que mudam de acordo com a última tese defendida. De pronto a grande descoberta é a “avaliação”, solução de todos os males da educação. O argumento é que se a avaliação for bem feita é possível detectar e corrigir os erros no processo de ensino-aprendizagem. Mas o que está na moda agora são “as novas tecnologias de apoio para o aprendizado”, ferramentas ideais para os professores antenados, e assim vai. Novas tecnologias são sempre bem vindas desde que efetivamente contribuam para o aprendizado e não deixem o estudante alienado. Tenho a impressão que os estudantes não estão muito ligados ao processo pedagógico, o que querem mesmo é bom acesso à internet para surfar à vontade enquanto passa a aula chata. Nesta linha temos um grande desafio pela frente, de um lado a cada vez maior dependência dos acadêmicos à internet (leia-se redes sociais), não largam os aparelhos um minuto sequer, e de outro os nossos velhos métodos de ensino.

No campo burocrático-administrativo, o modelo pedagógico da Universidade não fecha com o modelo de gestão, que tampouco fecha com a legislação. São eternos conflitos que nunca se resolvem, ainda mais em um modelo de Universidade pública na despesa e privada na receita. É o pior dos protótipos. Parece a Torre de Babel, só que neste caso não são as línguas as diferenças, mas as “teses”. Cada um defende a sua como a salvação da humanidade, e os mais atrevidos, como a salvação do Universo. Passamos muito tempo criticando as teses do que renovando e edificando algo sólido. Seria o velho ditado “muita teoria e pouca prática”.

Precisamos usar mais o lado direito do cérebro (discernimento, intuição, criatividade, motivação), ter mais consciência daquilo que fazemos na universidade, do papel dela na justiça, na criação de valores, na promoção do desenvolvimento.

Quando foi criada, a FURB tinha um claro propósito de interiorização do Ensino Superior, voltada para o desenvolvimento regional. E ao longo dos anos foi criando uma forte identidade com base neste propósito.

O tempo passou, e de um modelo de Fundação Privada fomos para Fundação Pública e depois Autarquia. Criou-se um emaranhado de leis, normas, regulamentos, que

poucos entendem e que deixa tudo meio, ou bastante, travado. Olhamos somente para dentro, deslocados das novas necessidades sociais. Deixamos para trás boas oportunidades na criação de Centros de Excelência, no Ensino à Distância, na Pós-graduação e que aos poucos vão sendo recuperados.

Percebe-se em todos os Centros exemplos de dedicação, competência, abnegação, comprometimento. Contudo o desafio é definir de uma vez por todas para onde vamos, o que queremos, com um plano efetivo, participativo. Realmente seria “desconstruir” este velho mundo que acabou, cheio de ranços, de teorias inúteis, de velhos “manuais” com novas capas, reeditados com as

O modelo pedagógico da FURB não fecha com o modelo de gestão, que tampouco fecha com a legislação

mesmas inutilidades, que só servem para cansar e aborrecer os nossos acadêmicos e partir para algo mais adaptado às novas necessidades sociais, humanas. Se pararmos de pensar só na nossa tese, formatada de acordo com a racionalidade, e fizermos uma reflexão sobre o mundo atual, vamos nos dar conta que temos muito a fazer.

Peter Drucker fez algumas reflexões sobre as bases metodológicas nas quais nos sustentamos a partir do Iluminismo, argumentando que os dois dogmas do racionalismo - o utilitarista do século XIX, que via na ganância do indivíduo a forma pelo qual a mão invisível promovia o bem comum, e o do século XX, que considera o homem determinado psicológica e biologicamente, crença de

que a libido, a frustração e as glândulas explicam todos os conflitos pessoais ou do grupo - negam não só o livre-arbítrio, como também a razão humana.

Nas diversas acaloradas reuniões no âmbito da universidade, percebe-se nas entrelinhas o nosso racionalismo determinista, que nos remete para mais algumas observações de Drucker. Ele agrega que “o liberal racionalista não pode ceder, sua doutrina



não permite concessões. O liberal racional crê que é um 'iluminado' e quem quer que se recuse ver a luz é um perfeito vilão com o qual é impossível manter relações políticas. O liberal racionalista está preso estre a santa ira contra os conspiradores e o zelo educacional para com os mal informados. Ele sempre sabe o que é certo, necessário e bom, sempre audacioso na teoria e tímido na ação, forte na oposição e indefeso no poder". Em resumo, o que Drucker quer dizer é que o racionalista, tanto da linha utilitarista quanto na biopsicológica (o ser humano vai evoluir e ficar bom) leva a apenas um caminho, o totalitarismo, o absolutismo.

Precisamos usar mais o lado direito do cérebro (discernimento, intuição, criatividade, motivação), ter mais consciência daquilo que fazemos na universidade, do papel dela na justiça, na criação de valores, na promoção do desenvolvimento.

Outro tema controverso são os concursos e os professores usualmente conhecidos como PSPS, temporários. Não parece ser muito razoável, e tampouco de baixo valor, os concursos para PSPS ter prazo de validade de dois anos. Após esse período os professores devem se submeter a novo concurso, com as mesmas regras dos concursos para o quadro. Para provar o que? Que tem condições de dar aula? A ideia é que após esse período, provisório, seja feito concurso para o quadro. Entretanto os concursos para o quadro no afã de ser justo, legal, racional, são um martírio burocrático. A legislação sobre carreira, concursos, temporários é cara e a meu ver, antiquada, pode até resolver alguns casos, mas deixa sequelas psicológicas muitas vezes irreparáveis.

Para cumprir o tão falado TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), vários contratos “temporários” acima de dois anos foram extintos e por uma famigerada “brecha” na legislação, foram considerados inválidos após dois anos. Como se fosse este o problema da universidade. É também menção de nota o caso do restaurante da ASEF no ginásio, por uma questão legal teve que ser fechado. Para ser reaberto deveria ser

Ao longo do tempo, criou-se um emaranhado de leis, normas, regulamentos, que poucos entendem e trava processos administrativos da FURB.

submetido a um processo licitatório. Para os frequentadores, a maioria servidores, não foi nada legal, pois até hoje, passados dois anos, continuam sem o restaurante. Nos dois casos cabe a pergunta, a quem a lei beneficiou?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DRUCKER, Peter. *O Melhor de Peter Drucker – A Sociedade*. São Paulo: Nobel, 2001.

Conheça o movimento FURB Para Todos

Estudantes do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação cobram melhorias em instalações e equipamentos

POR **BRUNA FREIBERGER**, estudante de Serviço Social da FURB

<brunafreiberger@hotmail.com>

GUILHERME N. HACK, estudante de Comunicação Social da FURB

<guinhack@gmail.com>

JONAS GEISLER, estudante de Ciências Sociais da FURB

<geisler.furb@gmail.com>

LUIZA HELENA DE SOUZA, estudante de Moda da FURB

<luizaahelenas@gmail.com>

MARCELA PERINI, estudante de Comunicação Social da FURB

<celaperini@gmail.com>

E **NILVA KOCK**, estudante de Comunicação Social da FURB

<nilva_k@hotmail.com>

O movimento FURB Para Todos vem de uma agremiação de acadêmicos que reivindicam melhorias das condições físicas, técnicas e de relações sociais do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação (CCHC) e da FURB.

Salas sem aparelho de ar condicionado e turmas espalhadas pelos blocos da FURB. Foi essa realidade que os alunos de Serviço Social encontraram assim que teve início o ano letivo. Durante a recepção dos calouros do referido curso. Fizeram-se presentes o reitor João Natel, o pró-reitor de Ensino, Maurício Mauricio Capobianco Lopes, e o coordenador do CCHC, Clóvis Reis. Nesta ocasião, os senhores se disseram dispostos a resolver os problemas o quanto antes. Porém, podemos perceber que pouco se fez além de proferir belas palavras.

Foram marcadas assembleias estudantis e reuniões com a Reitoria, PROAD, PROEN, mas não se visualizava nenhuma perspectiva plausível de solução, ao mesmo tempo em que cada vez mais problemas vinham à tona. Foi ficando cada vez mais evidente que os problemas não são exclusividade do curso de Serviço Social, mas sim do CCHC como um todo e até de cursos de outros centros. Assim sendo, outros cursos foram incorporando o movimento que atualmente abrange, além do curso já citado, Ciências Sociais, História, Moda, Comunicação Social e Música.

Desde o início, a intenção do movimento não é fazer algazarra e muito menos que seja fogo de palha. Tem-se a possibilidade para construção de um espaço permanente de discussão e reivindicação de nossos direitos enquanto estudantes. Infelizmente essa é a realidade. Temos que lutar por aquilo que já nos é garantido por direito. Se não o fizermos, ninguém o fará por nós.

A PROPOSTA DO MOVIMENTO

Vendo que as necessidades ainda não foram cumpridas, os dois cursos (Serviço Social e Ciências Sociais) fizeram uma reunião entre si para discutir possibilidades para a resolução dos problemas relatados. E uma solução seria fazer um manifesto pacífico na entrada no bloco R, para expor esses problemas a todos

os acadêmicos do CCHC e através deste manifesto ver se haveria apoio maciço dos cursos. A panfletagem e os comunicados começaram e alguns dias se passaram até a grande manifestação da quarta-feira, dia 26 de março de 2013.

As meninas, na sua maioria, do Serviço Social puxaram o primeiro ciclo de debates, expondo aos demais presentes o porquê da manifestação. Logo em seguida, os demais presentes fizeram o mesmo. Nesse meio tempo, somos momentaneamente interrompidos por dois carros que queriam abrir caminho na multidão que se formou na calçada, ignorando os avisos espalhados por nós em vários pontos da universidade. Após esse inconveniente, retomamos as conversações e terminamos acordando que iríamos nos reunir para redigir um documento com todas as reivindicações, sendo estas levadas à Reitoria.

E o que houve durante as exposições dos problemas através da manifestação? Mais reivindicações! Quando o banco de madeira nobre virou palco para as gargantas descontentes, outras mentes viram que tinham a oportunidade de trazer os problemas de seu curso para o expressivo número de pessoas presentes naquele momento. Sentiram-se na necessidade de falar e mostrar que estão descontentes com o desleixo com o Centro de Ciências Humanas e da Comunicação.

DEPOIMENTO DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O curso de Ciências Sociais há muito tempo tem sofrido com o descaso e a marginalização por parte das sucessivas gestões da FURB. Não há divulgação do curso no interior, nem além dos muros da Universidade. Se não fosse a bolsa recentemente garantida pelo governo do Estado através do FUMDES, estaríamos num total de oito estudantes em cada turma do curso regular (leia-se "pago"), que correspondem às turmas do terceiro e quinto semestres. A turma do PARFOR, que iniciou suas atividades com cerca de 50 estudantes, tem hoje pouco mais de dez acadêmicos matriculados.

Em decorrência da abertura de turma da bolsa FUMDES, tivemos o ingresso de cerca de 40 novos estudantes, os quais, possuem

suas aulas todas no bloco I, que não faz parte do CCHC. Como poderemos estabelecer espaços concretos e constantes de convivência e integração, se temos de dar uma boa caminhada até encontrar nossos colegas?

As salas de aula vivem com equipamentos em condições precárias. Os equipamentos de data-show, caixas de som e os pontos de rede em muitas das vezes apresentam problemas, o que acarreta ter de chamar o apoio técnico, perdendo ainda mais tempo das aulas para tentar fazer funcionar um equipamento que deveria estar em perfeitas condições de uso. Sobre a iluminação, já chegamos a dar risadas nas aulas quando, de repente, certas luzes, que já haviam sido ligadas no interruptor, acendem, ao passo que outras subitamente apagam. Nas salas do terceiro e quinto semestre, ambas situadas no bloco R (CCHC), nos deparamos com estruturas de vidro e janelas que balançam (e muito!) com um simples empurrão com as mãos, sendo que não há ar condicionado, apenas velhos ventiladores que mais fazem barulho do que refrescam o ambiente.

DEPOIMENTOS DOS ACADÊMICOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nós, alunos do curso de Comunicação Social, nos sentimos injustiçados, pagando o valor que pagamos e não tendo infraestrutura nas salas de aula. Em aulas que se utiliza o projetor, este nem sempre funciona. Quando funciona, a qualidade das lentes são péssimas. E aí como nós, futuros publicitários, analisamos as cores? Enfim, nos sentimos agredidos de forma geral com as nossas salas de aula, pois as salas estão precárias, com luzes queimadas, ar condicionado que não funciona e por aí vão os problemas.

Outro problema que enfrentamos são as salas superlotadas, principalmente em aulas nos laboratórios, onde precisamos dividir os equipamentos em grupos de sete a oito pessoas. Então, fica a pergunta: Qual será a qualidade de ensino da Furb? Porque, se estamos aqui, foi por querer qualidade proporcional ao que pagamos. Infelizmente isso não está acontecendo. Nós queremos apenas respostas para os nossos problemas.



Divulgação

Alunos do CCHC protestam no início do ano letivo.

DEPOIMENTO DOS ACADÊMICOS DE MODA

Os estudantes de Moda seguem uma rotina nada fácil. Precisam urgente de laboratórios específicos para suas matérias, com qualidade e que suportem as turmas, assim como, mesas apropriadas para desenho e modelagem, retroprojetor de qualidade (impossível estudar as cores, se ele não projeta a cor correta!), computadores com capacidade operacional para os programas que são utilizados, mais computadores, iluminação, e melhoria do acesso ao Bloco Q, entre outros problemas que enfrentam no seu dia a dia.

Enfim, mesmo estando nós num polo têxtil, por que esse curso é tão desvalorizado e deixado de lado? E por que os alunos pagam mensalidades com valores exorbitantes que não condizem com a situação atual da estrutura da universidade?

CONCLUSÃO

Dessa maneira, o movimento FURB Para Todos chegou a um consenso de elaborar oficialmente um documento com as reivindicações de todos os cursos envolvidos na causa e entregarmos todos juntos ao reitor João Natel para poder resolver o quanto antes nossos anseios enquanto estudantes desta instituição educacional profissionalizante. Afinal, pagamos caro por um serviço que não nos é prestado com qualidade!

A cidade **real**

Mesmo apresentando bons índices sociais, Blumenau ainda não atende as necessidades reais da população local

POR **JACQUELINE SAMAGAIA**, professora do Departamento de Serviço Social da FURB, Mestre em Serviço Social e Doutora em Geografia

Caminhando pela linha das reflexões realizadas na última edição do *Jornal do Sinsepes* por Vilmar Vidor, apresento e discuto alguns aspectos da cidade de Blumenau, tal como ela se apresenta, a cidade real. Mesmo que intitulado seu texto como “a cidade desejada”, Vidor aponta claramente algumas problemáticas que são “impedimentos” para que se realize o projeto de cidade que se deseja, aquele que estaria mais perto de atender as necessidades reais da população local e ainda serviria de atrativo ao turismo. Ou seja, se tais problemáticas fossem resolvidas, faria jus o título de uma das “cidades melhores para se viver”, conforme recentemente veiculado pela mídia local. Estes impedimentos poderiam ser superados com certa facilidade, levando-se em conta tratar-se de uma cidade rica, cujos indicadores econômicos a situam entre as melhores do país.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), – medido pela expectativa de vida o nascer, produto interno bruto per capita e níveis educacionais – a cidade ocupa o 19º lugar entre 5.570 municípios brasileiros. Uma boa colocação. No entanto, percebe-se a pobreza em que vivemos pela falta de espaços de lazer (parques, praças), mobilidade urbana (transporte público de boa qualidade, ciclovias, calçadas adequadas), preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, moradias de qualidade e fora das áreas de risco ambiental, planejamento urbano que leve em conta as áreas de risco e investimentos em infraestrutura urbana para tornar as

áreas seguras, entre outros. A cidade tem condições realmente de superar a maioria destes problemas. Seus bons índices confirmam.

Além disso, Blumenau tem capacidade técnica, econômica e espaço físico. Alguns estudos e planos de ocupação já apontam há muito tempo as formas razoáveis e adequadas de investir na cidade, tornando-a melhor de se morar, ou mais sustentáveis do ponto de vista socioambiental. Embora constantemente ameaçada pelas inundações e desastres, muito já se produziu sobre as formas de enfrentar tal situação em termos de prevenção ou de convivência razoável com tais ameaças sem grandes custos econômicos e humanos.

Mas o desenvolvimento da cidade parece ter seguido a lógica do país e da maioria das cidades brasileiras, marcadas de forma profunda pela desigualdade. Blumenau passou de uma colônia agrícola no sul do país para uma cidade industrial, reconhecida por seus produtos. Nos últimos anos, dada a crise do sistema de produção industrial, a economia blumenauense reconfigurou sua forma de produção, adotando modelos mais flexíveis em torno da organização da produção e dos contratos de trabalho.

Blumenau driblou a crise e saiu economicamente revigorada, mantendo seus índices de riqueza

com relação ao PIB interno e níveis de emprego. Mas houve um empobrecimento local das classes trabalhadoras. Como aconteceu no mercado globalizado, os salários foram pressionados para baixo com o objetivo de diminuir custos e manter a competição, enquanto os contratos

Entre os mais de cinco mil municípios brasileiros, Blumenau tem o 19º Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, faltam parques, praças, transporte público de boa qualidade, ciclovias, calçadas adequadas, preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, moradias de qualidade e fora das áreas de risco ambiental, planejamento urbano que leve em conta as áreas de risco e investimentos em infraestrutura urbana para tornar as áreas seguras, entre outros.

de trabalhos também foram “flexibilizados”, de acordo com a nova moda. Isso se traduz em contratos temporários, sem as garantias usuais de direitos conquistados historicamente.

Uma cidade que se consolidou através do perfil industrial convive agora com uma população bastante heterogênea do ponto de vista do trabalho exercido e frágil diante das condições econômicas. Podemos observar esse fato na análise da produção do espaço urbano. Convivemos com áreas mais ricas e bem dotadas de alguns equipamentos urbanos – geralmente privados, localizados nas próprias residências, condomínios fechados ou em clubes privativos – e grande número de áreas

<jacque@furb.br>

de ocupação urbana em precárias condições, sem qualquer estrutura urbana que faça jus à designação do espaço como “urbanizado”.

Recentemente, ao elaborar o Plano Municipal da Habitação de Interesse Social (PMHIS) na cidade de Blumenau, parte das exigências da recente Política Nacional de Habitação, foram mapeadas 53 áreas de ocupação pelas famílias de baixa renda. Trata-se de áreas sem infraestrutura urbana como: áreas de lazer, ruas calçadas, transporte urbano, esgotamento sanitário e Centros de Educação Infantil. Além disso, o atendimento é bem precário em unidades de saúde e escolas instaladas nessas regiões carentes.

Essa situação foi colocada pelos moradores das áreas durante oficinas e audiências públicas realizadas por ocasião da elaboração do PMHIS. Algumas dessas comunidades já vem reivindicando de forma organizada há vários anos melhorias ao poder público. Entretanto, o pouco que lugares como Vila União, Garuva e Pedro Krauss conseguiram foi muito mais resultado do esforço dos moradores do que do interesse do poder público. Mudaram as gestões e os partidos que estiveram no poder, mas pouco mudou na vida dessas localidades, que convivem com os problemas apresentados e com a ameaça constante dos riscos socioambientais à que a grande maioria está sujeita.

Algumas destas áreas não tiveram os investimentos prometidos ou esperados conforme Lei Municipal, apesar de terem sido instituídas como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) em 2008/2009, previstas pelo Estatuto das Cidades. A função principal das ZEIS seria a de possibilitar, através dos novos mecanismos jurídicos legais, tirar estas áreas da irregularidade, dotando-as de infraestrutura adequada para seus moradores. No artigo 6º da Lei Municipal, por exemplo, pode-se constatar a afirmação de que a delimitação das ZEIS para efeito de implementação de Programa de Regularização Fundiária, somente deveria ser realizada após cumprimento de algumas etapas como: cadastro do grupo familiar com a identificação de seus membros e da sua condição socioeconômica; levantamento to-



Foto: Jonatha Junge

Comunidade do Morro da Garuva, no bairro Ribeirão Fresco



pográfico cadastral dos lotes e das edificações existentes na área de intervenção; situação fundiária do terreno; condições topográficas; caracterização das áreas de risco; infraestrutura existente e outras. Constatou-se, no entanto, que a maior parte das áreas escolhidas como ZEIS no município não possuem tais requisitos, o que gerou um processo judicial impetrado pela UNIBLAM (União Blumenauense de Associações de Moradores) contra a administração pública municipal. Importante mencionar também, baseado em pesquisa recente (SAMAGAIA, 2010), que as famílias moradoras dessas áreas são, em sua grande maioria, trabalhadores, atuando como vigilantes, faxineiras, serviços gerais, pequenos empresários, trabalhadores têxteis, pedreiros, pizeiros, etc.

Neste sentido, Lucio Kowarick (2003, p.77) em importante estudo sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil ao longo das últimas décadas nos Estados Unidos, França e Brasil, revela que a magnitude do pauperismo em nossas cidades aparece de forma tão evidente “que impede, cada vez mais, a afirmação de que vivemos em uma sociedade aberta e competitiva, onde quem trabalha duro e arduamente consegue ter êxito”. Mesmo quem trabalha duro, como é o caso de muitas destas famílias, não consegue acessar melhores condições de vida nas cidades. E o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho atingiram também parcelas importantes das camadas médias ou de antigos trabalhadores industriais que, apesar dos baixos salários, tinham a garantia da longa permanência no trabalho.

Nesse contexto, consolidou-se um projeto de desenvolvimento calcado na desigualdade, gerando

má qualidade de vida para a maioria, aumento da violência, do risco social e ambiental. Esse tipo de desenvolvimento marcou o país, que hoje convive com índices bastante desiguais. Ou seja, ao mesmo tempo que é a 6ª economia do mundo em PIB, ocupa 85º lugar em IDH entre 186 países membros da ONU. Para se ter uma ideia, países como Chile (40º), Argentina (45º) e Venezuela (71º) estão em melhor posição, demonstrando nossa incapacidade de gerenciar nosso atraso no que diz respeito à democratização do acesso à riqueza e às oportunidades, bem a uma melhor qualidade de vida. Com relação às cidades, o fato de Blumenau estar entre os melhores IDHs, junto com outras cidades catarinenses como Florianópolis, Joinville e Balneário de Camboriú, por exemplo, não a deixa em situação confortável. Convive-se com situações de pobreza em todo o território catarinense. Balneário Camboriú é um exemplo emblemático desta situação: ao mesmo tempo que ocupa a 7ª posição em IDH, convive com a vizinha cidade de Camboriú, que ocupa a 1.472ª posição no ranking do IDH dos municípios brasileiros.

Convivemos com áreas mais ricas e bem dotadas de alguns equipamentos urbanos e grande número de áreas de ocupação urbana em precárias condições.

Certamente, as famílias pobres não encontram mais lugar para morar nas cidades “ricas” e passam a

residir na periferia dos grandes centros. Então, precisam se locomover constantemente para trabalhar nas cidades maiores e chegar a opções de compras e lazer, o que faz essas pessoas perderem mais tempo e dinheiro. Essa situação piora a qualidade de vida de todos, pois engessa o trânsito e contribui com aumento do estresse.

O pouco que lugares como Vila União, Garuva e Pedro Krauss conseguiram foi muito mais resultado do esforço dos moradores do que do interesse do poder público.

As cidades podem fazer muito para superar em alguma medida esta situação: construindo moradias em locais mais adequados e mais próximas de infraestrutura urbana; investindo em aumento de espaços de convivência e de atividades culturais; melhorando atendimento em saúde e educação de qualidade; e, sobretudo, estabelecendo um diálogo legítimo com a população organizada que conhece bem seus problemas e apresenta soluções, por vezes, mais adequadas que qualquer técnico bem atualizado. Esse diálogo com as organizações da sociedade civil que lutam por mobilidade urbana, melhorias em infraestrutura, política habitacional decente e segurança, pode provocar mudanças consistentes. Organizações como associações de moradores, Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), ABC Ciclovias, Acaprena (Associação Catarinense de Preservação da Natureza), a própria Universidade e outros que representam os mais diferentes anseios da população local, poderiam ser ouvidos de forma respeitosa e verdadeira, na qualidade de cidadãos que interferem nos rumos de sua cidade e não somente chamados a opinar, como tem sido feito nos últimos anos, dando falsa impressão de estarem participando. Em alguns países, os municípios são chamados a discutirem até a cor dos prédios centrais da cidade onde residem, colocando-se o direito ao patrimônio local e à paisagem como um direito coletivo. Ainda não

Assentamento do Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD), no bairro Ribeirão Fresco.

Foto: Jonatha Junge

entendemos isso. Mas espero que, aos poucos, possamos construir a cidade neste caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SAMAGAIA, Jacqueline. *Globalização e cidade: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau/SC*. Florianópolis, 2010. 236p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. KOWARICK, Lucio. *Sobre a Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil: Estados Unidos, França e Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS. v.18, n.51 (2003) São Paulo.



Foto: Jacqueline Samagaia

Comunidade da Vila União, no bairro Itoupava Central

Acesso à justiça em tempos modernos

É impossível ter uma justiça efetivamente justa, frente à desigualdade social

POR ANA MARIA CIPRIANI PANDINI, estudante de Direito da FURB

<ana-pandini@hotmail.com>

ANDREI DUWE, estudante de Direito da FURB

<andrei_duwe@yahoo.com.br>

E JULIANO ANDRIOLLO TEIXEIRA, estudante de Direito da FURB

<juliano@myself.com>

Em tempos passados, como alude Mauro Cappelletti (1988), o acesso à justiça dispôs de uma modificação importante, correspondente a uma mudança equivalente no estudo e ensino do Processo Civil. No período que antecedeu ao estado do bem-estar social, o acesso à justiça era do campo meramente formal, desconsiderando as reais dificuldades encontradas pelas pessoas que, por qualquer motivo, sejam de ordem econômica, ou mesmo por falta de informações, não tinham acesso à justiça como previa a lei. Também não eram considerados os direitos coletivos, como é o caso das associações, nem os direitos sociais, que exigem do Estado uma postura ativa perante a sociedade.

Cappelletti (1988) informa-nos, ainda, em seu livro que o acesso à justiça era considerado um direito natural, e como tal, considerado anterior ao Estado, não exigindo, dessa forma uma postura positiva, mas apenas que ele fosse preservado.

Azado trazer à luz um pequeno trecho da obra de Mauro Cappelletti (1988, p. 9): “A justiça, como outros bens, no sistema do *laissez-faire*, só podia ser obtida por aqueles que pudessem enfrentar seus custos; aqueles que não pudessem fazê-lo eram considerados os únicos responsáveis por sua sorte. O acesso formal, mas não efetivo à justiça, correspondia à igualdade, apenas formal, mas não efetiva”.

“Fatores como diferenças entre os litigantes em potencial no acesso prático ao sistema, ou a disponibilidade de recursos para enfrentar o litígio, não eram sequer percebidos como problemas.” (CHAYES, 1976, apud CAPPELLETTI, 1988, p. 10)

Com a insuficiência e abstenção do Estado nas relações sociais e com a evolução do Direito, veio à tona a necessidade de uma visão diferenciada sobre os meios de acesso à justiça, que

vem como forma de inclusão social, de diminuição das desigualdades e como política de justiça social.

1. CONCEITO DE ACESSO À JUSTIÇA

Para adentrarmos no tema em questão, faz-se oportuno mencionarmos que, assim como Cappelletti (1988) menciona em sua obra, a expressão “acesso à justiça”, é de difícil definição, mas, por sua vez, serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiramente, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individuais e socialmente justos.

Faz-se necessário, para melhor compreensão do termo “assistência judiciária”, trazermos a definição de Deoclesiano Torrieri Guimarães (2011, p. 112): “*Compete ao sindicato profissional a que pertence o trabalhador. É devida ao que percebe salário igual ou inferior ao do mínimo legal, assegurando-se benefício igual ao trabalhador de maior salário se ficar provado que sua situação econômica não lhe permite demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da família.*”

As seguintes definições nos permitem observar sem dificuldades, que assistir significa prestar auxílio de alguma forma, amparar aquele que necessita de algo.

Em suma, a assistência jurídica é um conjunto de medidas que visam garantir o acesso efetivo à justiça, especialmente para os grupos sociais marginalizados.

“o acesso à justiça pode ser encarado como o requisito fundamental de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos”. (CAPPELLETTI, 1988, p. 12).

"O acesso à justiça pode ser encarado como o requisito fundamental de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos." (Mauro Cappelletti)

A aplicação deste conceito já se encontra superada no Brasil, Sic como afirma com muita propriedade Campo (2002, p. 54). Isso se dá, devido dispor em nossa Constituição, em seu art. 5º, inciso LXXIV, “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Como podemos observar nos dias hodiernos, a assistência legal no Brasil não se contenta mais em ser apenas judiciária, pois, conforme leciona Pedro Armando Egydio de Carvalho (1993, p. 303): “O adjetivo composto – jurídico integral – constante no texto da Carta maior possui dupla finalidade: a) a assistência transcende o Juízo, ou seja, é jurídica, efetivando-se onde estiver o Direito; b) a assistência é integral, não se esgotando na parte, na unidade, mas visa a integrar as seções e facetas de um todo; ordenar os diversos grupos sociais, desintegrados do conjunto por sua marginalização.”

Aplica-se no Brasil o que a doutrina lusitana denominou de *acesso ao Direito*, terminologia mais ampla que *acesso aos Tribunais*.

Imprescindível trazer à baila, que a questão não diz respeito somente a aquele que se imagina titular de um direito à tutela do direito material, isto é, aquele que tem de se valer do direito de ação, mas também ao réu.

Isso se dá devido no passado haver a necessidade de integrar as li-

berdades clássicas, inclusive as de natureza processual, como os direitos sociais. O direito de acesso à jurisdição é um direito à utilização de uma prestação estatal imprescindível para a efetiva participação do cidadão na vida social, e assim não pode ser visto como um direito formal e abstrato, independente aos obstáculos sociais que possam inviabilizar o seu efetivo exercício (MARINONI, 2006).

Como já aludimos anteriormente, nos dias de hoje a ideia de acesso à justiça não se limita ao mero acesso aos tribunais. Não obstante, leciona com suas palavras lapidares o ilustre Kazuo Watanabe (1985, passim): “Não se trata apenas de possibilitar o acesso à justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa”.

Adentrando ainda mais sobre o assunto, afirma Kazuo Watanabe (1985 apud GRINOVER, 1998, p. 115) que: “São dados elementares desse direito: o direito à informação; o direito à adequação entre a ordem jurídica e a realidade socioeconômica do país; o direito ao acesso a uma justiça adequadamente organizada e formada por juízes inseridos na realidade social e comprometidos com o objetivo de realização da ordem jurídica justa; o direito à pré-ordenação dos instrumentos processuais capazes de promover a objetiva tutela dos direitos; o direito à remoção dos obstáculos que se antepõem ao acesso efetivo à justiça com tais características.”

Como expressão de justiça social e com a implantação por parte do Estado de bem-estar social, o acesso à justiça é tratado sob outro prisma, conforme Mauro Cappelletti (1988 apud GRINOVER, 1998, pp. 115-16): “A ordem jurídica e as respectivas instituições não de ser vistas não mais a partir da perspectiva do Estado, que administra a justiça, mas da perspectiva dos consumidores, ou seja, dos destinatários da justiça, de modo que a problemática não traz um programa de reformas mas também um método de pensamento.”

2. GARANTIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Apesar de receber grandes e severas críticas de todas as direções, não há como negarmos que a Constituição Federal brasileira de 1988 representou um grande avanço legislativo em termos de garantias e direitos individuais. A Constituição Federal acabou prestigiando a cidadania, devido à mesma valorizar os Direitos Humanos.



Imagem de internet

O legislador constituinte armou os cidadãos com instrumentos destinados a fazer valer seus direitos violados, que, por sua vez, já teriam sido certificados pela própria Carta Política, com o intuito de fazer valer o exercício pleno da cidadania.

Mais objetivamente, podemos dizer que se trata de um exercício de direito de ação e da plena aplicação do princípio do contraditório e da ampla defesa, consolidados nos incisos XXXV e LV, do art. 5º da vigente Constituição Federal de 1988, que foram erguidos à categoria de direitos e garantias individuais e coletivos.

Segundo Campo (2002, p. 51): “São princípios brasileiros de Direito Constitucional, segundo os quais caberão tão-somente ao Poder Judiciário compor os conflitos de interesses, dentro de um procedimento em que as partes são ouvidas antes de serem julgadas e apresentam provas de suas alegações, já que vedado, ao menos nas legislações mais modernas, o exercício da autotutela.”

A história tem evidenciado que a não-provocação da tutela jurisdicional pelos cidadãos, por desconhecimento daqueles princípios ou até mesmo pela inércia de um titular de um direito ameaçado ou violado, faz com que seja praticado o exercício do direito pelas próprias mãos (CAMPO, 2002).

Isso nos leva a afirmar que, o Estado deve combater o exercício dessa prática abusiva e ilegal, outorgando ao cidadão um mecanismo para pôr em movimento o seu direito material, o qual tem recebido as mais variadas denominações: controle judicial, judicial review, judicial control, jurisdição única, jurisdição de inafastabilidade do controle judicial, etc. (CAMPO, 2002).

É por causa disso que podemos observar que este preceito vem sendo empregado nas mais diversas legislações constitucionais. Na Constituição espanhola de 1978, o preceito está expresso no nº1, do seu art. 42. Já na Carta italiana, sua previsão se encontra no art. 24; na lusitana de 1976, com as modificações de 1982, em seu art. 20; na germânica de 1949, o art.130; por fim, na venezuelana de 1983, através do art. 49.

Relativo aos dispositivos citados, devemos advertir que se trata de um princípio que visa a resguardar a paz e a segurança jurídica da sociedade, sem o qual restaria frustrada toda e qualquer outra garantia assegurada ao cidadão, quer em nível de legislação constitucional, ou de direito infraconstitucional (CAMPO, 2002).

Faz-se azado trazer a lume que, ao não dar para as pessoas necessitadas as devidas condições para atuar em juízo, a ideia de “justiça” estaria comprometida, sem falar, ainda, da vulneração ao princípio da igualdade de todos perante a lei (art. 5º, caput, da Constituição Federal de 1988), assim como reporta Campo (2002).

2.1. O ACESSO À JUSTIÇA E SEUS DISPOSITIVOS LEGAIS

Nos tempos atuais, a questão do acesso à justiça se implanta num quadro participativo. A participação do povo na administração da justi-

ça e mediante a mesma, são as duas facetas pelas quais se concretiza no processo a moderna democracia participativa.

Como sabemos, o objetivo é fazer com que todos tenham direito à assistência judiciária gratuita, ou seja, ter um advogado para representá-lo gratuitamente, isenção de custas e despesas processuais, que falaremos especificamente adiante, assim como o direito à produção de provas de forma gratuita. Mister registrar que isso não importa somente ao autor da ação, mas também ao réu.

Acerca da gratuidade da justiça, reporta-se a Lei 1.060/50, que prevê “assistência judiciária aos necessitados”. Na opinião de Marinoni (2006), não prevê isenção apenas dos honorários de advogado, mas também dos honorários de peritos, das custas judiciárias, das despesas com as publicações de atos oficiais, entre outras (art. 3º), tendo recentemente isentado o necessitado das despesas da realização do exame do código genético (DNA) (art. 3º, VI). Tais garantias têm por objetivo primordial dar às partes a possibilidade de efetivamente participarem do processo.

Ademais, para ocasiões em que denominamos de *pequenas causas*, observamos que o legislador brasileiro deu resposta apropriada acerca do assunto. A título de exemplo, a Lei nº 7244/84, onde o referido legislador, não se preocupou em desformalizar o processo, utilizando os critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, como ainda, privilegiou a conciliação das partes.

Ao não dar para as pessoas necessitadas as devidas condições para atuar em juízo, a ideia de “justiça” estaria comprometida, sem falar, ainda, da violação ao princípio da igualdade de todos perante a lei.

Por outro lado, quando estabeleceu que os juizados de pequenas causas só se instituiriam com a correspondente implantação dos serviços de assistência judiciária, aptos a darem assistência jurídica integral e gratuita aos pequenos litigantes, reconheceu a carência organizacional dos mesmos.

Um dado de extrema relevância que não deve ser esquecido por nós, dá-se acerca da referida Lei, que muito antes de sua vigência, vários tribunais de diversos estados brasileiros já haviam implantado Conselhos ou Juizados Informais de Conciliação, *exempli gratia*, o Estado do Rio Grande do Sul. Foi o pioneiro a realizar tal ato, que tinha por objeto buscar vias alternativas capazes de evitar o processo por meio da conciliação prévia extrajudicial.

Destarte, após a lei, o art. 98, I, da Constituição Federal de 1988, veio dar estrutura constitucional à insti-

tuição dos Juizados Especiais, que, segundo Grinover (1998), foi criado no sentido de facilitar ao pequeno litigante o acesso à ordem jurídica justa.

Não obstante, leciona Ada Pellegrini Grinover que em outra circunstância o legislador brasileiro soube enfrentar bem o problema, dando-lhe solução: primeiro, pela Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), que tratou dos interesses difusos e coletivos, de natureza indivisível, pertinentes ao ambiente e aos consumidores.

Depois relata a autora, que, através da Constituição de 1988 e seus dispositivos relativos ao mandado de segurança coletivo e às ações coletivas de associações, de sindicatos, do MP e dos índios e suas comunidades e organizações, sem prejuízo de outras titularidades a serem estabelecidas em lei; e finalmente, pelo Código de Defesa do Consumidor, que, segundo a autora, “ampliou a abrangência da ação civil pública, estendendo-a à tutela de qualquer interesse difuso ou coletivo e criando uma nova ação coletiva, pioneira nos sistemas de civil law, para a defesa de direitos subjetivos divisíveis, de ordinário tratados separadamente, mas que podem ser agrupados por sua origem comum” (GRINOVER, 1998, p. 118).

Completa ainda a autora que, para todos esses casos, o legislador brasileiro escolheu o caminho da legitimação concorrente e autônoma, confiando a entes públicos ou organizações associativas a titularidade das ações coletivas. Desse modo, portanto em juízo dos interesses da coletividade, com sua organização, supre às deficiências organizacionais dos titulares, individualmente considerados, permitindo o acesso à ordem jurídica justa de vastas parcelas da população e a solução judicial de seus conflitos individuais e coletivos.

3. DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA

Podemos iniciar este tema, afirmando que o primeiro grande problema apontado pela doutrina, quase que na totalidade das vezes, como entrave ao efetivo acesso à justiça é a carência de recursos econômicos por grande parte da população para fazer frente aos gastos que implicam uma demanda judicial.

Sabemos muito bem as despesas que envolvem uma demanda judicial: no mínimo custas processuais e honorários advocatícios. Complementa este pensamento Rodrigues (1994, p. 35), dizendo que: “Agravado ainda mais o fato de todas as partes envolvidas possuírem formalmente os mesmos direitos; igualdade essa que, em regra geral, não se concretiza em razão das diferenças sociais.”

Entendemos, então, que na falta de igualdade, torna-se quase impossível uma decisão ser verdadeiramente justa. Obviamente que temos a consciência de que as diferenças entre as partes nunca poderão ser completamente supridas. Mas quem sabe amainadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPO, Hélio Márcio. *Assistência jurídica gratuita: assistência judiciária e gratuidade judiciária*. São Pau-



Imagem de internet

lo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARVALHO, Pedro Armando Egydio de. *A Defensoria Pública: um novo conceito de Assistência Judiciária*. Revista dos Tribunais, São Paulo, RT, 82 (689): p. 303, mar. 1993.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *O processo em evolução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. *Dicionário técnico jurídico*. 14. Ed. – São Paulo: Rideel, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil*, volume 1: teoria geral do processo/Luiz Guilherme Marinoni. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Acesso à justiça no direito processual brasileiro*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

WATANABE, Kazuo. *Assistência Judiciária e o Juizado Especial de pequenas causas*. *Ajuris*, Porto Alegre, XII (34), 1985.

Prostituição e sociedade

Reflexão sobre o estereótipo dos profissionais do sexo e as condições de trabalho

POR CELSO KRAEMER, Doutor em Filosofia pela PUC-SP e professor de Filosofia da FURB

<kraemer250@gmail.com>

De alguma maneira nosso imaginário social é perpassado pela atração que a prostituição exerce sobre ele. Não importa de que lado nos situemos. Não faz diferença se condenamos a prostituição e isentamos a prostituta, se condenamos ambas ou se entendemos a prostituição como um trabalho e a prostituta como uma trabalhadora, dignas de respeito, remuneração e proteção das leis e do Estado. Estamos, em todos os casos, atraídos por ela.

Ser a favor ou contra a prostituição, condenar ou aprovar a prostituta é uma polêmica que pouco contribui no trabalho do pensamento para entender o fascínio (de aprovação ou de reprovação) que ela exerce sobre a constituição do imaginário social. Tal forma polêmica de discutir o tema também só obnubila a função crítica do pensamento que deveria, exatamente, produzir alguma clareza ao entendimento social da questão. Pensar, como disse o filósofo alemão Martin Heidegger, é propor a questão de tal forma que a própria pergunta auxilie o pensamento a abrir novos caminhos para nossa existência efetiva. Pensar, portanto, não é reafirmar nossos pré-conceitos sobre as coisas. Pensar também não é seguir uma trilha que nos guie à verdade pré-existente ao próprio ato de pensar. Pensar é criar caminhos que reconstroem nossa relação com a verdade.

É nesse horizonte que se pode colocar a prostituição no horizonte de nosso pensamento. Ela é, como se sabe, não é um fato novo nas sociedades. Ela é um fenômeno social, histórico, político, econômico e afetivo, fortemente carregado de valores, opiniões, preconceitos e estereótipos. Na superfície de seu aparecer social as pessoas geralmente se manifestam com preconceitos e reprovação moral. No entanto, conhecer as experiências da prostituição é encontrar um mundo de relações de trabalho, de exploração, de sofrimento, de pessoas que são filhas, irmãs, mães, etc. Por conseguinte, a prostituta existe também como mulher, como filha, como mãe, como trabalhadora. Tais dispositivos de identidades implicam a construção de uma subjetividade com características múltiplas, quicá, múltiplos mecanismos que acabam por amarrar a pessoa a regimes de sujeição identitária, simultaneamente semelhantes e divergentes dos estereótipos forjados pela misoginia reinante em nossas práticas sociais. São processos identitários que divergem dos valores tradicionais que se impõe à mulher, carregados de restrições na expressão e no sentimento. Mas ao mesmo tempo, são os próprios estereótipos que servem de baliza para

qualquer diferenciação. São também os mesmos estereótipos que pesam moralmente sobre a mulher prostituta, produzindo estigmas e sofrimentos. A subjetividade que se reestrutura na emergência da identidade de pessoa e de profissional da prostituição passa por hesitações, tensões e conflitos com as outras identidades constituídas, na singularidade em que ela efetiva sua experiência enquanto ser histórico, social, afetivo, moral e até mesmo religioso.

Ao se tratar da prostituição, por um lado, fala-se dela como a profissão mais antiga do mundo. Mas, por outro lado, é uma das profissões que até hoje, do ponto de vista moral e legal, ou seja, do respeito e dos direitos, trabalhistas ou jurídicos, é tratada como se não existisse. Até hoje a prostituição não conseguiu fixar-se como profissão, nem do ponto de vista da legislação, nem dos saberes do cotidiano social que nos constituem como sujeitos de afeição e de repulsa.

Conhecer as experiências da prostituição é encontrar um mundo de relações de trabalho, de exploração, de sofrimento, de pessoas que são filhas, irmãs, mães, etc.

Em termos gerais, nosso contexto social busca negar a prostituição enquanto profissão. Desqualifica, sobretudo moralmente, a pessoa da prostituta. Por que? Nossa sociedade convive com a prostituição, embora com certo "mal estar na população" Spink (1993), pois ela não condiz com a valoração política, econômica e moral sobre o corpo. O corpo que nossa modernidade idealiza é um corpo produtivo economicamente. Em qualquer circunstância ou avaliação, o corpo de cada indivíduo deve ter um valor econômico. Mesmo o corpo de uma pessoa idosa, deve ser ocasião para a geração de dividendos econômicos, seja como turista, como praticante de algum esporte ou atividade de lazer, seja como doente para a indústria farmacológica, seja como paciente para os múltiplos profissionais da área da saúde, ele sempre está em condições de ativo economicamente. Da mesma forma, por exemplo, os *portadores de necessidades especiais*, por tanto tempo excluídos, abandonados, escondidos, em nossa moral mercadológica do corpo, necessitam ser incluídos. Afinal, eles são uma fon-

te progressiva de inserção econômica no meio social, seja promovendo novas (e antigas) profissões para adaptá-los, inseri-los, qualificá-los, seja como profissionais em funções específicas. Estes também estão moral, política e economicamente sendo inseridos no tecido social. Eles são moralmente adaptados, politicamente governáveis e economicamente úteis.

Mas no caso da Prostituição, é um setor que não está politicamente submetido aos ditames de governo, moralmente é reprovado e, economicamente não está submetido aos cânones da atividade econômica, não recolhe impostos, não produz bens. Neste sentido, de que maneira se produz, na experiência de corpo da mulher, uma subjetividade que rompe com a moral familiar e social, rompe com os ditames políticos de ser governado pelos padrões sociais convencionados, rompe com as amarras da economia capitalista, para se reconstituir como prostituta. O que representa *ser prostituta* e como isso ocorre em nosso meio?

De maneira geral, as pessoas que convivem em espaços sociais próximos a casas de prostituição (explicitamente assumidas como tal ou camufladas de diversas maneiras) se sentem mal em relação aos prostíbulo e às prostitutas, seja as profissionais que trabalham na rua, seja as que trabalham nos diferentes estabelecimentos que oferecem serviços sexuais. Tal relação com a prostituição não é nova em nossas sociedades. Ela provém de épocas mais antigas, conforme se pode ver em autores como Spink (1993) e Foucault (1988), que denunciaram o preconceito enraizado nas culturas com relação às prostitutas. Oficialmente elas sempre aparecem como um mal, algo indesejável, detestável, que deve ser combatido. Qualquer pai jamais imagina que a filha possa tornar-se prostituta. Faria de tudo para evitar que tal (desgraça?) aconteça. Da mesma forma as mães, com muito mais dedicação se aplicam à educação moral e sexual de sua filha, tentando preveni-la para que jamais *vire prostituta*.

Não obstante, as prostitutas continuam a aparecer, a se multiplicar. Elas exercem sua atividade nas ruas, nos prostíbulo, nos hotéis, motéis, casas de massagem e até à domicílio. Multiplicam-se, igualmente, as formas de prostituição, que são cada vez mais requintadas e sofisticadas. Movimentam uma soma de dinheiro cada vez maior, ainda mais quando gerenciados por algum cafetão (*caffen*), que tem por função, com relação ao dinheiro, "*reconduzir ao próprio capital, ao lucro capitalista em seus circuitos normais, todos os lucros que se podem auferir do*

prazer sexual, com a triplíce condição, é claro, de que, em primeiro lugar, esse prazer sexual seja marginalizado, desvalorizado, proibido e que, nesse momento, torne-se caro pelo simples fato de ser proibido. Em segundo lugar, se se quer auferir lucro desse prazer sexual, ele tem não só de ser proibido, mas na realidade, tolerado. E, por fim, tem de ser vigiado por um poder específico, que é proporcionado precisamente pela mancomunação delinquentes-polícia". (FOUCAULT, 2006, p. 139)

Percebe-se, assim, que a prostituição, que precisa ser marginalizada, é também assemelhada às demais formas de *delinquência*. Da mesma forma, também a prostituição deve ser, simultaneamente, proibida e tolerada. Nessa ambígua marginalidade, em nossa sociedade, a prostituição faz parte do circuito capitalista de exploração econômica do corpo. Por este viés entende-se as razões pelas quais a prostituição é uma atividade que se encontra em pleno desenvolvimento, no interior de nossa sociedade.

Historicamente não há relação direta entre o fato de uma menina não ter sido criada por uma boa família e o fato de ela tornar-se prostituta. Segundo Bacelar (1982), a opção pela prostituição não está vinculada à falta de cultura, falta de educação, falta de moral. Ao contrário, muitas são até boas mães e boas filhas, provém de famílias sempre preocupadas com a boa moral familiar. Outras, escondendo a atividade, possuem famílias exemplares.

Frente a isso, cabe colocar a questão: como se constrói a identidade das pessoas que se prostituem, sua subjetividade, as representações que fazem parte de seu imaginário? Além disso, como as pessoas que se prostituem lidam com o ser *prostituta/to*, em que momento rompem com a moral tradicional? São questões apenas colocadas, mas que devem instigar a discussão para pensarmos novos possibilidades de caminhar pela existência com nosso próprio corpo e instigar a discussão sobre nossa maneira de construir a ética de nossa experiência no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1982.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, vol. I - A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SPINK, Mary Jane P. (org.). *O Conhecimento no cotidiano :as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo : Brasiliense, 1993.

Violência doméstica contra a mulher

Apesar de a lei garantir igualdade de gênero e prever punições a agressores, problema social continua

POR THIAGO RAFAEL BURCKHART, estudante de Direito da FURB, membro do Grupo de Pesquisa em Direitos Fundamentais, Cidadania e Novos Direitos e pesquisador da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst)

<thiago--rafa@hotmail.com>

Foto: Reprodução/Banco Mundial

A violência contra a mulher na sociedade hodierna é fruto de uma história que se pauta na repressão e na exclusão social que remonta à idade antiga. Desde os tempos Aristotélicos a mulher já era vista como um ser inferior a figura do masculino. Aristóteles em sua obra "A Política" defende tal ideia, colocando que a família é uma espécie de governo, onde um manda (figura do homem) e outros obedecem (figura da mulher e dos filhos). Dizia Aristóteles que "é pela mútua conservação que a natureza deu a um o comando e impôs a submissão ao outro", concebendo a desigualdade entre homens e mulheres como algo natural e importante.

O surgimento da democracia na Grécia Antiga por si só também é exclusória. Naquele período somente podiam tratar da "res" pública todo homem acima de 21 anos que possuísse terras e consequentemente escravos para lhe sustentar, pois os homens da vida pública não podiam trabalhar. A mulher, desde tal época, é excluída da vida pública, da participação social, da feitura das leis e da administração da pólis.

Durante toda a Idade Média a situação da mulher ainda era de repressão. Excluída da vida pública e também marcada como ser inferior ao homem devido à forte influência religiosa na sociedade. A situação da mulher somente passa a "melhorar" no século XX, quando após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres passaram a exigir direitos civis e políticos igualitários, visando o alcance de um patamar de igualdade social nunca antes visto na história da humanidade.

Como é possível se notar no contexto acima, a mulher esteve subjulgada ao homem ao longo da história, ou seja, a violência (seja ela física ou psicológica) acompanha a mulher desde os momentos mais remotos da vida em sociedade e permeia até mesmo o pensamento social da sociedade hodierna.

Após séculos de repressão e exclusão, a Constituição de 1988 representa um marco histórico e uma conquista da mulher brasileira porque determina que há igualdade de gêneros em sociedade.

E, nesse sentido, o marco histórico e jurídico da conquista feminina no século passado no Brasil foi a promulgação da Constituição de 1988. A constituição determina que há igualdade entre homens e mulheres em sociedade, e trata disso como um Direito Fundamental, elencado

no rol de direitos do Artigo 5º. Mas, não somente basta que a Constituição declare direitos, é necessário que políticas públicas criem um sistema de garantia que protejam a mulher da violência doméstica e da desigualdade de gênero.

A violência contra a mulher é um problema social no Brasil, segundo dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) do Ministério da Saúde em 2012, o Sistema Único de Saúde (SUS) recebe em média duas mulheres por hora com sinais de violência doméstica. Estes dados demonstram a frequência com que a violência doméstica é cometida no Brasil, sendo que muitas das mulheres que sofrem tal violência nem sequer buscam o SUS como ajuda.

O problema não atinge somente a mulher, mas também (indiretamente) a criança e/ou o adolescente que passam a conviver com essa realidade, o que influencia sua formação psíquica e faz com que se transforme em um adulto violento

É com o intuito de garantir mecanismos de proteção à mulher, como também um sistema de justiça, que foi criada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340), que visa enfrentar a violência contra a mulher e punir aqueles que venham a cometê-la. No entanto, a violência doméstica não atinge somente a mulher, mas também (indiretamente) a criança e/ou o adolescente que passam a conviver com tal violenta realidade, o que influencia a sua formação psíquica e faz com

que essa criança, quando adulta, tenda a reproduzir tal violência alimentando um ciclo vicioso e violento.

Dados de 2012, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, as denúncias de violência cometidas contra a mulher, desde 2006 (ano em que a Lei Maria da Penha entrou



em vigência) subiram 600%. Especialistas não acreditam que os casos tenham aumentando nesse período, mas que tenha-se dado maior publicidade aos mesmos, em virtude da criação de mecanismos de informação sobre os direitos da mulher violentada.

De acordo com o Anuário das Mulheres Brasileiras de 2011, divulgado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, a violência doméstica atinge 43,1% das mulheres brasileiras. Ou seja, 4 em cada 10 mulheres brasileiras já sofreram com este tipo de violência.

A violência doméstica é um problema social que deve ser discutido nas escolas, na universidade e em sociedade, criando assim uma massa crítica que responda de modo crítico a tais acontecimentos e questione tal violência. Entretanto, tal discussão não deve se isolar em determinada classe social estigmatizada pela violência, mas abranger toda a sociedade, pois a violência doméstica está presente em todos os níveis sociais.

Para mudar esta realidade é necessária uma mudança nos valores sociais, na cultura da premente dominação do homem (julgado mais forte) sobre a mulher (julgada mais fraca), sobrepondo-a e construindo valores que visem a igualdade de gênero. As leis, como a Lei Maria da Penha, tentam coibir tais práticas, o que se torna muito difícil, pois essa violência ocorre no berço familiar e da vida privada e muitas mulheres que sofrem este tipo de violência não se sentem confortáveis de denunciar o companheiro e tornar a sua situação de vida particular pública nem mesmo a amigos e conhecidos. Este é um dilema que acompanha os valores sociais e a moral de cada pessoa.

Para a efetiva mudança, o autori-

tarismo social, o conservadorismo, a hierarquização social e as concepções de dominador versus dominado devem ser deixadas de lado e passar a se conceber uma realidade pautada na necessidade de igualdade de gênero na sociedade.

Não tenho dúvidas de que esse processo é difícil e demorado, sobretudo devido a correntes conservadoras que insistem na perpetuação das desigualdades sociais e na dominação de uma classe por outra. No entanto, se ninguém lutar pelo fim da exploração, nada acontecerá! Deve-se lutar, deve-se reivindicar, deve-se questionar, deve-se buscar o melhor, com persistência, pois como diz um provérbio chinês, "a persistência realiza o impossível".

História de Maria da Penha Fernandes inspirou criação de lei contra a violência doméstica no Brasil. Hoje ativista pelos direitos das mulheres, a cearense ficou paraplégica depois que seu marido atirou nela e tentou eletrocutá-la.

Comunidade acadêmica segue na luta pela federalização da FURB

Foto: Oklinger Mantovaneli Júnior

A reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) anunciou que planeja instalar um campus em Blumenau a partir deste ano. Embora seja considerada positiva a criação de 400 vagas públicas de ensino superior, a notícia gerou protestos da comunidade acadêmica da FURB. Estudantes e professores fizeram uma passeata pelos corredores do Campus I pedindo a criação de uma universidade federal na região a partir da estrutura da FURB. Já a reitoria publicou um comunicado oficial lamentando o encerramento das negociações.



Aproveitando a presença de autoridades na posse da nova diretoria da Associação Empresarial de Blumenau (Acib), um grupo mostrou em frente ao Teatro Carlos Gomes que o movimento ainda não "jogou a toalha" (foto). Na oportunidade, o Comitê Pró-Federalização também distribuiu material informativo, apresentando o exemplo de uma autarquia municipal de Nova Iguaçu (RJ) incorporada pela União. Além disso, o comitê se encontrou com o governador Raimundo Colombo, que se comprometeu discutir a federalização da FURB com o Ministério da Educação (MEC). Vereadores e outras políticas regionais também manifestaram apoio.

Servidores e estudantes entendem que a instalação da UFSC não inviabiliza a federalização da FURB. A oferta inicial de cinco cursos de graduação não atende à necessidade da região do Médio Vale do Itajaí, que já conta, através da FURB, com 52 cursos de graduação, 11 de mestrado e dois de doutorado, além de atividades de pesquisa e serviços prestados à comunidade.

Servidores aprovam contas e planejamento do SINSEPES

A Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 10 de abril, aprovou as contas do SINSEPES relativas ao ano de 2012 e o planejamento para 2013. Na pauta da Assembléia Geral Extraordinária foi discutida a cláusula 4.7 da pauta de reivindicações do SINSEPES, apresentada durante a negociação salarial e no processo nº 06 do Consuni, e que gerou questionamentos sobre a interpretação a respeito da instalação ou não de uma Estatuínte. Concluiu-se que debater a alteração do Estatuto dos Servidores Públicos de Blumenau nesse momento retardaria a reformulação das Leis Complementares aprovadas em 2010 e que diversos pontos da pauta estão direcionados à discussão da legislação complementar e não ao referido estatuto. Em função disso, a redação aprovada para a cláusula foi: "4.7 Revisão de todas as Leis Complementares aprovadas em 2010, bem como as resoluções internas que as regulamentam, de forma democrática e participativa garantindo os direitos dos servidores da FURB".

ISSBLU realiza eleição de diretor-presidente

O Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU) convoca servidores públicos municipais, efetivos e estáveis, ativos e inativos, integrantes do quadro de pessoal do Município de Blumenau, suas autarquias e fundações, da FURB e do Poder Legislativo Municipal, para a eleição de diretor-presidente do ISSBLU. A votação acontece no dia 24 de abril, às 15h, na sede do Instituto. Interessados em concorrer ao cargo devem se inscrever na sede do ISSBLU até às 13h30min da data da eleição. No ato da inscrição é necessário apresentar fotocópia da Cédula de Identidade e do CPF, além de atestado expedido pelo órgão de pessoal da entidade no qual se encontra vinculado, certificando a sua situação funcional, onde conste se efetivo e estável, a data de ingresso, cargo, lotação e escolaridade. O ISSBLU fica na Av. Martin Luther, nº 111, 8º andar, Ed. Master Center.

Unimed força servidores a mudarem de plano

A Unimed Blumenau impôs este ano um reajuste de 15% para os contratos não regulamentados com os servidores da FURB. A empresa começará em maio uma campanha para explicar a migração para um plano regulamentado até o final de junho. Se os associados não mudarem, a Unimed já ameaçou complementar o aumento com novo percentual, totalizando 21% de reajuste neste ano. A Unimed Blumenau tenta extinguir o plano nº 010 (não regulamentado) há anos. Por meio da Resolução Normativa RN 254, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) regulamentou a possibilidade de adaptação e migração para os clientes que possuem planos anteriores à vigência da lei nº 9.656 de 1998. O problema é que a Unimed só considerará a migração se todos os segurados fizerem a mudança, algo improvável já que são mais de mil servidores, incluindo ativos, aposentados, pensionistas e dependentes.

Há pouca informação no site da Unimed Blumenau sobre a migração. Uma seção responde dúvidas mais frequentes, mas esclarece apenas o suficiente para fazer a mudança individualmente. Enquanto isso, a empresa impõe aumentos abusivos e cada vez mais obstáculos para o servidor conseguir consultas e atendimentos.

O SINSEPES é contra esse procedimento e requer mais transparência no processo, ainda mais de uma cooperativa que se apresenta como uma organização com responsabilidade social, certificada pela ABNT. Consulte a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e conheça seus direitos. A FURB tem recebido propostas de outros planos que prometem uma gestão mais eficiente de saúde e não apenas transferência de custos. Compare e se manifeste.

Recuperação de perdas espera orçamento de 2014

O reajuste do servidor da FURB em março ficou em 6,21%, enquanto a proposta de recuperar parte das perdas em 2,49%, apresentada pelo SINSEPES já para março, deve ser incluída apenas no orçamento de 2014. Isso será detalhado no início do segundo semestre deste ano. A votação foi apertada: 16 votos a favor da proposta da reitoria e 15 para a proposta apresentada pelo SINSEPES.

Da arte de ruminar

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, escritor

<viegas@furb.br>

1ª RUMINAÇÃO

Um país que permite que o presidente de uma Comissão de Direitos Humanos e Minorias seja um xenófobo e homofóbico, não é um país sério. Uma igreja que permite que seu pastor seja um xenófobo e homofóbico, não é uma igreja séria. Um eleitor que elege para o Congresso Nacional um político xenófobo e homofóbico, não é um eleitor sério. Sérias podem ser as consequências de tanta irresponsabilidade. A manutenção do deputado Marco Feliciano à frente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias equivale a rasgar a Constituição Nacional, é crime de lesa-pátria.

O Partido Social Cristão (PSC), ao indicar Marco Feliciano ao cargo, repetiu o gesto de Calígula ao nomear seu cavalo "Incitatus" ao Senado.

2ª RUMINAÇÃO

Tenho medo de deus, mas tenho ainda mais medo daqueles humanos que se arvoram deuses bradando leis como se estivessem recitando mantras.

3ª RUMINAÇÃO

Primeiro levantam bandeiras, depois levantam fogueiras. Os membros da TFP que hoje "protestam" contra o direito dos gays constituírem família, são uma caricatura repugnante e bizarra dos inquisidores lascivos e criminosos que cobriram com as cinzas das suas vítimas a história do cristianismo.

4ª RUMINAÇÃO

Entre a terra e o céu, estamos nós. O mundo, meu caro, não é binário. Nem a noite é toda escura, tampouco o dia todo claro.

5ª RUMINAÇÃO

Se o Cristianismo atualizou a mitologia grega (e atualizou), Cristo se constitui como uma espécie de sômbra pop de Zeus.

6ª RUMINAÇÃO

"Viver numa casa de vidro é uma virtude revolucionária por excelência", escreveu Walter Benjamin em 1929, no ensaio intitulado "O surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia". Bem, por certo e por sorte não nasceu Benjamin nos tempos dos "reality shows".

Revolucionário, hoje, é cuspir nas casas de vidro, desde que, claro, a cusparada esteja eivada de alma e não nasça apenas na boca.

7ª RUMINAÇÃO

Só há democracia efetiva onde todos têm livre acesso ao pão e à imprensa. E liberdade de imprensa é, principalmente, liberdade de acesso, direito de dizer e condições para dizer. Quando dificultamos o acesso do cidadão ao direito de dizer, seja porque favorecemos o poder econômico ou o poder dos bacharéis, contribuimos decisivamente para a perpetuação da sociedade da exclusão. Isto me parece óbvio. Isto me parece importante.

Quando dificultamos o acesso do cidadão ao direito de dizer contribuimos decisivamente para a perpetuação da sociedade da exclusão.

O direito de dizer deve supe-

rar interesses de reserva de mercado, assim como o direito de dizer deve combater a concentração dos oligopólios da mídia. Há de se ficar atento. Por todos os lados, sempre se deseja a palavra doce, aquela que me interessa em particular. O direito de dizer é humano, é maior que os interesses de propriedade, é maior que os interesses de profissão, é maior que os interesses do indivíduo. Qualquer tentativa de cercear este direito, de limitar este direito, de reduzir este direito, é sempre um atentando à democracia. Venham estas tentativas de onde vier.

O sonho é tão imenso, que para vê-lo é preciso se estar de olhos fechados.

8ª RUMINAÇÃO

Fixou-o no fundo dos olhos, antes de perguntar: "Se retirares dos livros e artigos que publicaste todas as citações, o que resta, afinal, de teu?"

Vazio, preencheu o restante dos seus longos anos à nobre arte de plantar tomates.

9ª RUMINAÇÃO

O sonho não tem asas. Asas limitam-se ao céu, e mesmo este finda próximo à terra. Ornitorrinco me explica que sonho com asas é o desejo disfarçado. Desejar, diz-me, não é o mesmo que sonhar.

Sonho também não cabe no peito, quanto mais nas mãos, capazes de segurar desejos. Tampouco sonhos cabem na boca, lugar da palavra, esta prisão que nos liberta.

O sonho, explica-me Ornitorrinco, é tão imenso, que para vê-lo é preciso se estar de olhos fechados.

10ª RUMINAÇÃO

Quintana ensinou a importância de ser passarinho. Por isso seguir, mesmo que tentem dizer que passarinhos não cabem mais neste céu de grandes naves e de aves de rapina. Ser passarinho, ainda que tentem provar que passarinhos nunca existiram! Há todos estes passarões e aviões que afirmam ter inventado o voo, mas suas verdades passam tão repentinas e depressa, que destas nada acaba por sobrar. Passarinhos, entretanto, o voo tímido aproximando-os do vento, têm as penas infladas pelo mundo.

Assim como sempre dirão serem os de agora os autores da roda, a roda sempre esteve aí.

11ª RUMINAÇÃO

Sabe aqueles insetos que morrem tostados nas noites de lâmpadas acesas? A diferença entre eles e nós é que nós sabemos que a lâmpada, apesar de luz, é morte. Ainda assim, insistimos.

Imagem de internet



Eventos hidrológicos no Ribeirão da Velha

Urbanização das margens agravou efeitos das cheias

POR JONATHAN KREUTZFELD, Mestre em Planejamento Territorial pela UDESC, especialista em Ensino de Geografia de Santa Catarina pela FURB e professor de Geografia, Atualidades e Educação Financeira

<jkreutzfeld@hotmail.com>

O Ribeirão da Velha é uma das 52 sub-bacias do Rio Itajaí-Açu. Possui área de 55,65 km² e se estende em área urbana desde a região do Ristow, no bairro Velha Grande, até o Centro de Blumenau, o que representa cerca de 10 km de extensão, entre as nascentes e a foz. A população da bacia habita 56% em área urbana e 44% em área rural. Atualmente abriga cerca de 60 mil habitantes, de acordo com o Censo de 2010 (IBGE).

A primeira revisão do Plano Diretor, em 1989, favorecia a construção de residências, edifícios, condomínios, bem como a atividade comercial, que também prosperou fortemente na área da Velha, assim como atualmente ocorre nas Itoupavas. O Plano Diretor sofreu outras revisões em 1997 e em 2006, todas estimulando a estruturação e ampliação dos bairros fora da área central.

A tendência da urbanização é de ocorrer no sentido de jusante para montante e no Ribeirão da Velha, ao longo do tempo, o que se apreende é justamente a maximização dos efeitos das cheias à jusante com um avanço acelerado da malha urbana no sentido montante.

Na última década, houve um aumento significativo de problemas relacionados aos impactos ambientais na bacia do Ribeirão da Velha. Em geral, enchentes e alagamentos ocorrem na região mais próxima da foz e enxurradas a partir da região da escola estadual Adolpho Konder, como referência na rua João Pessoa, e da escola Lothar Kriek, nas imediações da rua Estanislau Schette. O motivo da maior incidência de enxurrada a partir dessas cotas é que abaixo delas ocorre remanso do Rio Itajaí-Açu, o que não impede de ocorrer enxurradas na região à jusante.

Para melhorar o sistema de drenagem, também deve haver leis que promovam a ocupação de áreas livres de problemas ambientais, como deslizamentos, enxurradas, enchentes e alagamentos.

Seria importante conservar a mata ciliar existente e a recompor as áreas onde a vegetação se encontra degradada. Na prevenção de enxurradas e enchentes a mata ciliar aumenta a rugosidade dos canais de escoamento, reduzindo a velocidade da água, diminuindo o impacto des-

ses fenômenos sobre a bacia hidrográfica. Além disso, o sistema radicular das plantas da mata ciliar fixa o solo, diminuindo drasticamente a erosão das margens e o consequente assoreamento dos cursos d'água. Assim, tornam-se dispensáveis os processos de retificação, alargamento e desassoreamento dos rios e ribeirões, feitos pelos governos municipais há pelo menos três décadas.

Para melhorar o sistema de drenagem, deve haver leis que apoiem a conservação de áreas de preservação permanente, bem como a adequação do zoneamento urbano, visando ocupar áreas distantes dos problemas ambientais mencionados. Deve-se integrar, portanto, no planejamento urbano, um projeto de drenagem urbana que seja claro e integrado às demais diretrizes já existentes, incluindo todas as áreas de risco, tais como: deslizamentos, enxurradas, enchentes e alagamentos.

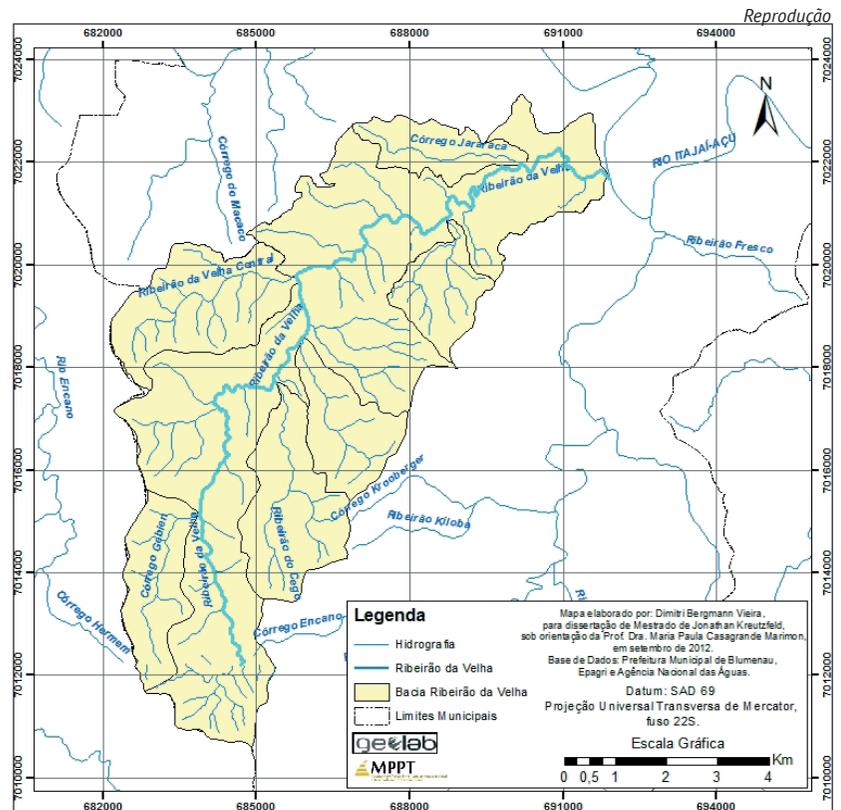
Neste contexto, a Lei Complementar nº 747, de 23 de Março de 2010, em seu artigo 95, lamentavelmente reduz fortemente as áreas de conservação de mata ciliar nas sub-bacias do Rio Itajaí-Açu, em especial os Ribeirões da Velha, Garcia e Fortaleza, bem como seus afluentes. E mesmo ferindo legislações estaduais e federais, não se cumpre, pois o

Conservar e recompor a vegetação, quando necessário, é importante para melhorar o escoamento da água, reduzir a erosão das margens e o consequente assoreamento dos cursos d'água.

que se vê, especialmente próximo da foz do Ribeirão da Velha, é cada vez mais o estrangulamento do leito do ribeirão. Como "remédio", faz-se alargamentos de galerias a montante, por exemplo, a obra recentemente iniciada na confluência do córrego Jararaca e Ribeirão da Velha, próximo do Parque Ramiro Ruediger. Isso ajuda a população que margeia o córrego Jararaca, no bairro Água Verde, mas leva água com maior intensidade para a região do Victor Konder, onde há estrangulamento. Provavelmente, a consequência será mais água na ruas Antônio da Veiga e

Sete de Setembro durante chuvaradas de verão. Só como exemplo.

Recentemente ocorreu a publicação do Decreto Federal 7.836 de 12 de novembro de 2012. O decreto discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) beneficiadas pela transferência obri-



Mapa da bacia do Ribeirão da Velha, que se estende do Ristow, na Velha Grande, até o Centro de Blumenau.

gatória de recursos. Entre as obras listadas, estão as de contenção de cheias no Rio Itajaí-Açu, principalmente com relação à macrodrenagem, o que não resulta em melhoramentos diretos nas sub-bacias, como é o caso do Ribeirão da Velha, salvo a região de remanso que fica à jusante da mesma. No que diz respeito às sub-bacias, o decreto destina verbas para estudos ambientais e socioambientais do Plano Diretor de Prevenção de Desastres na Bacia do Rio Itajaí e para preparação dos Termos de Referência para os projetos e estudos ambientais.

São consideradas secundárias pelo Projeto de Prevenção e Mitigação de Desastres na Bacia do Rio Itajaí-Açu, as obras no canal do Ribeirão da Velha que vislumbram melhorias no escoamento das águas com o intuito de evitar a ocorrência de eventos hidrológicos extremos nesta sub-bacia. Então, demonstra-se que as principais ações de prevenção ainda estão mais intensamente relacionadas com medidas estruturais na calha do Rio Itajaí-Açu do que com medidas nas sub-bacias, que, por sua vez, podem naturalmente mitigar bastante os problemas com o próprio rio.